

O trabalho na Ontologia da Vida: Implicações Éticas

Conceição Soares

Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal. E-mail: csoares@porto.ucp.pt.

Resumo: Há uma clara tendência para reduzir o trabalho ao emprego, retirando deste modo ao trabalho toda a vitalidade e energia que lhe são essenciais e que não se esgotam nesta forma quase hegemónica, nas sociedades capitalistas. Esta tendência para ver no emprego a “única” forma de trabalho válido está enraizada naquilo a que Karl Polanyi chamava uma visão formalista da economia por oposição a uma visão substantiva. A visão formalista é aquela que acentua o carácter lógico da relação meios/fins, ao contrário da visão substantiva que está vinculada às finalidades humanas. Será argumentado aqui que é necessário uma visão substantiva do trabalho que o “liberte” da lógica economicista e capitalista assente sobretudo na dimensão objetiva/ produtiva do trabalho. Trata-se de mostrar por um lado, que uma economia formalizada sobrevaloriza o emprego/trabalho na sua forma objetiva/produtiva. E por outro, de relocalizar a economia e o trabalho numa visão substantiva que conduz a uma “ontologia da vida” ou à valorização da vida concreta e subjetiva das pessoas nas suas múltiplas relações e interpelações entre humanos e não humanos.

Palavras-Chave: trabalho, ontologia da vida, visão formalista, visão substantiva, capitalismo.

Title: Work on the Ontology of Life: Ethical Implications

Abstract: There is a clear tendency to reduce labor to employment, and in this way removing from the work all vitality and energy that are essential and which are not exhausted in capitalist societies. This tendency to see a job as the "unique" form of valid work is rooted in what Karl Polanyi called a formalistic view of the economy as opposed to a substantive view. The formalist view is one that accentuates the logical nature of the relationship means / ends, unlike the substantive which is linked to human purposes. It will be argued here that a substantive vision of the work is necessary for the "release" of the capitalist economic perspective, namely based in the particular dimension on the objective / productive work. On the one hand, I argue that a formalized economy overstates employment / work in its objective productive way. And on the other hand, to relocate the economy and work in a substantive vision leading to an "ontology of life" or the enhancement of concrete and subjective lives of people in its multiple relations and interrelations between human and nonhuman.

Key Words: Work, ontology of life, formalist view, substantive view, capitalism.

Título: El trabajo en la Ontología de la Vida: Implicaciones Éticas

Resumen: Hay una clara tendencia a reducir el trabajo al empleo, eliminando de esta manera del trabajo toda la vitalidad y energía que son esenciales y que no se agotan de esta manera casi hegemónico en las sociedades capitalistas. Esta tendencia a ver el empleo la “única” forma de trabajo válido tiene sus raíces en lo que Karl Polanyi llama una visión formalista de la economía en lugar de una visión substantiva. La visión formalista es uno que acentúa la naturaleza lógica de la relación medios/fines, a diferencia de la visión substantiva que está vinculado a los fines humanos. Se argumenta aquí que una visión substantiva del trabajo es necesario para la “liberación” de la perspectiva económica capitalista basado principalmente, en la dimensión / productiva objetiva del trabajo. Por un lado, quiero mostrar que una economía formalizada sobrevalua el trabajo en su forma objetivo / productiva. Y por el otro, replantear la economía y el trabajo en una visión substantiva que lleva a una “ontología de la vida” o la valorización de las vidas concretas y subjetivas de las personas en sus múltiples relaciones e interrelaciones entre humanos y no humanos

Palabras Clave: Trabajo, Ontología de la vida, visión formalista, visión substantiva, capitalismo

1. Introdução

A questão do trabalho é, hoje, uma questão central, no debate político económico. A centralidade do trabalho nestes debates é marcada pelos elevados índices do desemprego, uma das suas múltiplas formas, a do trabalho assalariado, na sua forma de emprego. Porém, o trabalho não se reduz unicamente a esta sua forma mais comum, nas sociedades ocidentais e típica do sistema capitalista. Neste artigo não pretendo analisar a questão do emprego, mas o lugar do trabalho na vida humana à luz daquilo a que Michel Henry (1990, 1998, p.59) denomina de “ontologia da vida” que não se reduz apenas a uma filosofia do trabalho no quadro da antropologia geral. A antropologia em geral tem que ver com o discurso filosófico que procura explicitar os traços predominantes da condição humana, independentemente das formas sociais e históricas nas quais o ser humano se encontra e através das quais o podemos efetivamente ver¹. A ontologia tem que ver com um nível de discurso filosófico mais profundo do que o antropológico, porque não diz apenas respeito ao ser particular que o humano é, mas ao ser em geral do ente, (de cada coisa) de tudo aquilo que é (no mundo) ou tem possibilidade de vir a ser.

Nesse sentido, a análise do trabalho integrada na “ontologia da vida” leva-nos à valorização da vida concreta e subjetiva das pessoas nas suas múltiplas relações e interpelações entre humanos e não humanos. A abordagem do trabalho a partir deste ângulo preciso procura “libertá-lo” de uma lógica economicista e capitalista assente sobretudo numa das suas dimensões, a objetiva/ produtiva do trabalho que esquece, os indivíduos singulares, principais agentes e protagonistas fundamentais do trabalho vivo². Esta leitura do trabalho a partir da “ontologia da vida” apresenta-se como uma crítica social que nos permite compreender melhor, porque é que o capitalismo é um sistema intrinsecamente parasita do trabalho vivo, retirando toda a sua força e poder da “ontologia da vida”, mas ao fazê-lo a esvazia cristalizando-se numa visão formalista (Polanyi, 1986) da Economia e do trabalho³. Em termos da estrutura do artigo, começo por fazer uma análise sobre a filosofia do trabalho a partir de Marx, uma vez que é com este autor que encontramos pela 1ª vez na história, uma determinação geral do trabalho ou, um discurso

¹ Sobre a temática do lugar do trabalho no âmbito de uma antropologia geral ver a obra de Hannah Arendt, *Condition de l'homme moderne* (1983).

² Sobre esta problemática ver a obra de André Gorz, *Reclaiming Work: Beyond the Wage-Based Society*, 1999.

³ O significado formal deriva do carácter lógico da relação meios/fins, e diz respeito a uma determinada situação de escolha, nomeadamente aquela entre diferentes usos possíveis de um conjunto de meios criada por uma insuficiência desses mesmos meios (Polanyi, 1968, p.140; Knowles & Owen, 2007, p.179). É deste sentido que deriva a definição de escassez na qual assenta a ciência económica (neoclássica). A noção de escassez na economia neoclássica diz respeito à ideia de que as preferências humanas nunca podem ser satisfeitas, todos os bens são escassos, e nesse sentido não existe nenhum limite finito que possa satisfazer os desejos humanos. (Martins, 2013, p.2). Esta definição foi herdada de Lionel Robbins e que acabou por dar origem à formulação mais divulgada daquilo que é a economia “economia é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto uma relação entre fins e meios escassos que possuem usos alternativos.” (Robbins, 1945, p.16). O significado substantivo da economia deriva da dependência do homem relativamente à Natureza para assegurar a sua sobrevivência, ou seja, refere-se ao intercâmbio com o seu meio natural e social mediante o qual lhe são fornecidos os elementos necessários para a satisfação das suas necessidades materiais (Polanyi, 1968, p. 139; Knowles e Owen, 2007, p.180). Apona para o facto elementar de que os seres humanos, tal como todos os outros seres vivos, não podem existir nem sobreviver sem um ambiente físico que os ampare e mantenha (Polanyi, 1977, p.19).

que explicita uma definição única e universal do trabalho. Para este autor o trabalho encerra em si duas dimensões, uma mais produtiva e outra mais criativa. Com o capitalismo passou a dar-se mais importância à primeira dimensão desvalorizando ou subalternizando a segunda. A dimensão criativa foi sendo esvaziada, para dar lugar a um trabalho abstrato, mercantil e homogeneizado. Numa economia de mercado, o trabalho é o único fundamento do valor de troca. No capitalismo, o valor de troca só é possível porque há uma substituição, ou uma inversão ontológica do trabalho subjetivo/criativo pelo trabalho objetivo/produtivo. Numa economia “formalizada” aquilo que conta é apenas a relação meios/fins não havendo lugar para a valorização da dimensão subjetiva do trabalho.

Por último, irei desenvolver a dimensão subjetiva do trabalho fundada na “ontologia da vida”, explicitando a noção de vida na obra de Michel Henry. Concluo, mostrando algumas das implicações que pode ter o trabalho e a economia desenvolvidos a partir de uma “ontologia da vida” que poderá conduzir a uma visão “substantiva” (Polanyi, 1986) da economia em que o trabalho é compreendido como um modo de agir, conectado sem equívocos à essência do agir, à vida. Nesse sentido ele só pode ser real, individual, subjetivo e vivo levando a alterações profundas no nosso modo de viver que terá de passar por ser mais frugal, mais simples e mais em sintonia conosco próprios e com todos os seres.

2. A Filosofia do Trabalho em Marx

É com Marx que encontramos pela 1ª vez na história, uma determinação geral do trabalho, ou uma filosofia do trabalho, entendida como discurso que explicita uma definição única e universal do trabalho. Para Marx, esta noção geral do trabalho, ou filosofia do trabalho comporta duas dimensões que o autor explicita em textos diferentes. Uma das dimensões é explicitada no livro *o Capital*, no capítulo 7. O autor refere que, “O trabalho é antes de mais o ato que se passa entre o homem e a natureza. Nele, o próprio homem desempenha, diante da natureza, o papel de uma força natural (...).” (Marx, 1963, p.727) A partir daí o trabalho pode ser compreendido como um processo onde a aplicação de “um meio de trabalho” sobre “o objeto de trabalho” mediante a atividade do trabalho propriamente dita é assegurada pelo controlo contínuo da representação mental do produto desejado, como fim. Como o autor explica, é a grande diferença entre o trabalho humano e animal: “Aquilo que distingue desde o início o pior arquiteto da abelha mais laboriosa é que ele constrói a célula na sua cabeça antes de a construir na pedra. O resultado ao qual o trabalho conduz preexiste idealmente na imaginação do trabalhador.” (Marx, 1963, p.728) Esta primeira dimensão do trabalho diz respeito à dimensão produtiva (conduzir através de, supõe a passagem ou as diferentes etapas de um determinado processo) e supõe uma dupla relação externa, entre o ato e aquilo que o mobiliza e entre o ato e o seu fim (fica objetivamente fora do processo). No coração desta dimensão produtiva encontra-se a técnica, a manipulação e a invenção progressiva dos meios, sistemas mecânicos, ou seja, o todo que mobiliza a racionalidade instrumental.

A outra dimensão acerca do trabalho é desenvolvida nos *Manuscritos Económico Filosóficos (Manuscritos de 1844)*. O trabalho é o ato pelo qual o homem se relaciona consigo mesmo como com um ser universal. Diz-nos Marx:

“É precisamente ao construir o mundo dos objetos que o homem começa a afirmar-se como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica e criadora. Graças a esta

produção, a natureza aparece-lhe como a sua obra e a sua realidade. O objeto do trabalho é a realização da vida genérica do homem. O homem não se recria apenas de um modo intelectual, na sua consciência, mas ativamente, realmente, e contempla-se a si próprio num mundo criado por ele” (Marx, 1968, p.64).

Esta dimensão é a dimensão criativa e supõe, segundo Marx, uma dupla relação interna, entre o ato e aquilo que mobiliza e entre o ato e o seu fim, dupla relação na qual se cria um espaço da construção do eu, lugar privilegiado da nossa subjetividade⁴. Na dimensão que referimos em primeiro lugar, o trabalho é uma atividade analítica – a inteligência técnica que procede pela divisão e reunião dos elementos separados – e negativos – a inteligência técnica “destruindo” e manipulando as formas dadas do seu meio para se apropriar delas e transformar esse mesmo meio. Na outra dimensão, a atividade do trabalho é criativa, e por isso mesmo, sintética e una. Segundo Berthoud, ela aparece “como uma atividade indivisa em que despoleta em cada um dos seus momentos e em cada uma das suas particularidades a afirmação da vida, o espírito inventivo do homem e do génio da humanidade inteira” (Berthoud, 1997, p.118). A noção geral do trabalho é constituída por esta dupla dimensão, analítica e sintética e para Marx constitui a própria essência da condição humana.

Deste modo, para Marx o trabalho é uma dimensão essencial da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica fundamental, pois, através do trabalho, criamos, livre e conscientemente, a realidade, bem como nos possibilita transpor a existência meramente orgânica e atingir a sociabilidade. (Luckács, 1981, p.12). Além disso, é também pelo trabalho que a subjetividade se constitui e se desenvolve num processo contínuo de autocriação de si.

Assim, Marx vê no ser humano, o ser que tem em si a capacidade potencial de realizar-se como ser livre e universal, na medida em que pode determinar-se historicamente orientando a sua existência em caminhos sempre novos. Isto mostra até que ponto o ser humano é um ser em contínuo processo de autoconstrução, quer na sua dimensão subjetiva, quer na intersubjetiva, proporcionada pela sua atividade essencial, o trabalho. É por meio desta atividade, que Marx define como vital, que o ser humano objetiva o seu espírito no mundo e substancia em objetos as suas inquietações, ideias e sentimentos, resultando daí os bens materiais necessários à sua existência, assim como toda a riqueza social (Marx, 1968, p.80). Além disso, é capaz de modificar a realidade natural que o circunda e, ao modificá-la, cria uma nova realidade, da qual todos podem participar, criando redes de relações sociais. É nesse processo contínuo de inter-relações, entre a natureza, e os outros seres humanos, mediada pelo trabalho, que o ser humano constrói sociedades, reconfigura a história e, simultaneamente se constrói.

Note-se, que Marx considera que o trabalho humano é uma atividade que nada tem em comum com a atividade produtiva dos outros seres, uma vez que supõe e envolve a consciência e a vontade. Deste ponto de vista, ao trabalhar, o ser humano não efetiva uma atividade meramente animal, instintiva e que diga apenas respeito à satisfação imediata das suas necessidades. Com certeza, que como ser biológico e comungando com todos os outros seres, essas necessidades irão interferir e despoletar a sua capacidade produtiva. Todavia, tal atividade não se limita a essa determinação. O ser

⁴ Sobre a questão do ser como produção ver o artigo de Michel Henry, “Le concept de l'être comme production”, In, *L'École des Sciences Philosophiques et Religieuses de la Faculté Universitaire Saint-Louis, Bruxelles, 12-13 Dezembro. 1973 (79-107).*

humano vai muito para além da criação imediata das suas necessidades básicas e das suas pulsões individuais, pensa, planeia, imagina e imprime sentido a tudo o que faz, abrindo-se deste modo, ao universal, ou como Marx refere, “trabalha segundo as leis da beleza” (Marx, 1968, p.132). Marx defende que aquilo que define o trabalho humano e o constitui vai muito para além da fixação dos seres vivos na permanente competição biológica com o seu meio ambiente. O momento essencialmente diferenciador dá-se não mediante a fabricação de produtos, mas pelo papel determinante da consciência nesse processo. Como referimos anteriormente, aquilo que caracteriza uma das dimensões do trabalho é o facto de o produto ser o resultado de algo que já existia mentalmente.

Em suma, para Marx, a atividade vital consciente é uma característica do ser humano. É essa capacidade que distingue a atividade produtiva humana da mera atividade animal. Enquanto o animal produz sob o jugo da carência física, o ser humano produz universalmente, embora seja com base na sua condição objetiva que produza. Por conseguinte, Marx afirma:

“É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou para a sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [em relação] a ela; (...)” (Marx, 1968, p.85).

É preciso notar que esta produção da vida por meio do trabalho não pode ser compreendida como uma mera reprodução da nossa existência física. Ela é, antes, um determinado modo de vida dos indivíduos, o ato de exteriorização das suas vidas, ou seja, a vida do ser humano historicamente situado coincide com a sua produção; os homens são aquilo que eles fazem de si mesmos pelo trabalho. Isto significa que ao contrário do animal, a existência humana não está totalmente determinada pelas condições materiais dadas. Evidentemente, a objetividade exerce uma certa influência sobre a subjetividade. Todavia, Marx chama-nos a atenção para o facto de a objetividade ser ainda, um produto da atividade humana. Deste modo, os seres humanos podem romper com o determinismo do mundo no qual estão inseridos e produzir uma nova realidade, bem como uma nova subjetividade. Isto é aquilo a que Lukács chama, “génese ontológica da liberdade” (Lukács, 1981, p.49).

Podemos concluir que segundo a teoria de Marx, o mundo e o ser humano são seres históricos, que se modificam de acordo com as suas necessidades em cada época histórica. É mediante a nossa atividade, ou seja, é pelo contínuo ato de trabalhar que o mundo é continuamente criado e recriado. Mas para que isto seja possível é necessário que o ser humano tenha espaço mental e físico para o exercício, ou para o trabalho fecundo da afirmação da sua liberdade ontológica, em que a subjetividade se afirma e o ser se amplia e se constrói. Todavia, nem sempre foi este o entendimento do trabalho ao longo da história e aquilo a que se tem assistido, nomeadamente a partir da Revolução Industrial é a uma acelerada sobrevalorização da dimensão abstrata do trabalho. Para melhor entendermos esta rutura ou esta sobrevalorização da dimensão abstrata, analisaremos um pouco mais detalhadamente os aspetos principais da economia “formalizada”, nomeadamente nas suas consequências em relação ao trabalho abstrato.

3. Economia Formalizada: trabalho abstrato

Vimos que para Marx o trabalho é uma atividade vital do ser humano, não só porque é através dele que o ser humano assegura a sua sobrevivência biológica, mas sobretudo porque é através disso que constrói o mundo e se constrói a si próprio. Contudo, a partir do capitalismo e nomeadamente com o modo de produção assente na existência da propriedade privada e do mercado, o trabalho perde a sua condição fundamental de ser atividade vital humana e torna-se uma atividade alienada (*entfremdete*), que conduz o ser humano à perda da sua essência ao objetivar-se e coisificar-se nos produtos do trabalho. (Marx, 1968, p.270)

Deste modo, o trabalho aparece como um dos momentos constitutivos do capitalismo, no qual o homem trabalha não para se realizar, ou para se desenvolver como ser livre e criativo, mas para satisfazer os interesses do capital e as suas necessidades imediatas (alimentação, habitação). Isto acontece porque a propriedade privada acabou por instituir, historicamente, a separação entre trabalho e capital, isto é, entre os produtores e os produtos, entre a “dimensão subjetiva” da propriedade e a sua “dimensão objetiva”, o que originou todo o processo de perda-de-si e de alienação do ser humano. O que estava unido no processo vital está agora separado, em que os elementos, propriedade e trabalho estão em face um do outro de forma assimétrica e negativa. De resto, a posição de Polanyi a este respeito não é muito diferente da de Marx. Diz-nos Polanyi:

“(...) o ponto crucial é o seguinte: o trabalho, a terra e o dinheiro são elementos essenciais da indústria. [Assim,] eles também têm de ser organizados em mercados e, de facto, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema económico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro não são obviamente mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a ele. Por outras palavras, de acordo com a definição empírica de mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas a essa atividade não pode ser armazenada ou mobilizada (...)” (Polanyi, 2000, p.94).

Deste modo, aquilo a que Polanyi chama uma visão formalista da economia consiste em projetar de forma acrítica as características da organização social e económica do capitalismo a todas as formas de sociedade humanas. Em suma, as características atribuídas ao *homo economicus* (racionalidade económica, maximização da utilidade, etc.) e as características mercantis (trabalho, troca, etc.) são assumidas como não problemáticas e “naturalizadas” como se fossem inerentes à “natureza humana”. Nesse sentido, o trabalho acaba por tornar-se numa abstração real, não se define primariamente como a produção concreta de determinados bens com vista à satisfação de determinadas necessidades, mas em termos da síntese social que efetua enquanto “trabalho abstrato”, produtor de valor (Marx, 1968). É de salientar que Marx define o capitalismo como um “modo de produção baseado no valor”. Como Machado refere, o valor (económico) é entendido como uma forma de riqueza fetichista e historicamente específica, uma vez que corresponde ao domínio de uma “abstração real” extensível a todo e qualquer conteúdo sensível. (Machado, 2009, p.11)

Contudo, como vimos anteriormente, na nossa história real e concreta, esta condição nunca é abstrata, mas dá-se sempre segundo determinados arranjos combinando o aspeto subjetivo-criativo e o aspeto objetivo-produtivo do trabalho. Esta condição pode por vezes ser desvirtuada por múltiplas formas de alienação criadas ao longo da história pelos diferentes modos de produção, em particular pelo capitalismo, que “esmagam” ou contrariam as potencialidades criativas e subjetivas do trabalho⁵. Nos *Manuscritos de 1844* Marx aborda a questão da alienação e estabelece três modos de alienação do trabalho:

1. A rutura do laço que une o operário e o objeto que produz.
2. A rutura do ser humano com o seu ser genérico, ou a sua essência.
3. A rutura das relações que os seres humanos têm uns com os outros.

O primeiro modo de alienação diz respeito à relação entre o homem e o produto do seu trabalho, uma vez tornada mercadoria, esta nunca mais pertence ao seu produtor. O segundo entre o homem e a natureza do seu trabalho. Particularmente, no trabalho industrial, o trabalhador não executa a sua tarefa pelo simples prazer de trabalhar, não podendo exprimir o seu ser genérico, a sua essência ou a sua subjetividade. A única razão da sua atividade é a necessidade de sobrevivência física. Daqui resulta um fenómeno de alienação pelo trabalho, uma vez que se produz uma inversão dos fins e dos meios. Em vez de trabalhar para realizar a sua essência, o homem trabalha para a sua subsistência, quer dizer, assegura apenas, as suas necessidades mais primárias. O último modo de alienação é o resultado das duas formas precedentes. Num sistema de acumulação do capital, as pessoas não estabelecem entre si relações humanas diretas, mas as suas relações são mediatizadas pelas mercadorias e pelo dinheiro. Isto leva a uma dominação do não trabalhador sobre o trabalhador e faz do dinheiro a pior das qualidades humanas naturalmente implicadas nas trocas. O poder do dinheiro como equivalente geral é tal que Marx o define como “o poder alienado da humanidade”. As pessoas são naturalmente dotadas de um poder para agir, criar, mas como tudo se pode comprar através do dinheiro, este torna-se o mediador através do qual este poder se afirma.⁶ Como Marx refere, não há um “átomo de matéria” num bem, por exemplo, numa mesa, que nos indique que ele vale x euros. A “valorização do valor” é justamente o principal objetivo da produção capitalista, independentemente de se produzirem bolos, cadeiras ou automóveis, o que realmente conta é que se, por exemplo, foram investidos 500 euros, esse investimento traga um retorno superior, de 510 euros, por exemplo. Se os critérios de “rentabilidade financeira” não forem cumpridos, a produção de um dado bem ou serviço simplesmente não será efetuada, por muito necessária que seja (Machado, 2014, p.11).

Michel Henry é muito acutilante na crítica que faz a esta forma abstrata do trabalho que acaba por perder de vista o seu fundamento último, a vida. Diz-nos o autor:

“Como definir o peso do sal que deve ser dado em troca de uma quantidade específica de peles? Em função da soma do trabalho exigida pela produção do sal e das peles. O critério de troca possível é o trabalho. (...) A troca supõe a igualdade, os trabalhos trocados devem ser iguais. Só que o modo de agir, aufere a força de si,

⁵ Ver a este respeito a obra de Bernard Stiegler, (2009) *Pour une nouvelle critique de l'économie politique*, Paris: Éditions Galilée

⁶ Frédéric Seyler, (2007) “L'argent, double irréel de la vie”, *Le Portique*, <http://leportique.revues.org/index1091.html> Consultado no dia 21 de Janeiro de 2013.

tornando cada um destes trabalhos real, subjetivo, individual, vivo-invisível. E a aporia é esta: a troca supõe a medida do trabalho – o que é impossível” (Henry, 1998, p.247-8).

Para o autor a economia surge como solução para esta aporia, na medida em que vai criar entidades objetivas, seres equivalentes capazes de representarem estas modalidades invisíveis do agir e que por isso mesmo são abstratas acabando mesmo por resvalar para um universo irreal e com isso perder o elo com o seu “conteúdo” fundante, a vida.

Foi dito acima que no capitalismo a troca só é possível pela substituição do trabalho real pelo trabalho abstrato. O trabalho real é sempre qualitativamente e afetivamente determinado, implica um esforço, e um esforço é sempre singular. O esforço de um ser humano robusto e são, nunca será o esforço de um ser humano doente ou de uma criança. Somente o trabalho é o único fundamento do valor de troca. O valor de uma mercadoria não é mais do que a soma do trabalho “materializado” nela, “absorvido” por ela. Ora o valor de troca é sempre uma quantidade e para que dois produtos possam ser trocados, devem estar relacionados numa mesma medida comum. Assistimos a uma substituição do qualitativo pelo quantitativo (expressa pelo dinheiro). Como é que esta substituição se dá? Pelo tempo que dura o trabalho. O valor de uma mercadoria não é medido pela qualidade afetiva do esforço que constitui o trabalho – é impossível -, mas pela duração/tempo de trabalho que levou a produzir (Henry, 2009). Este tempo pelo qual o trabalho é medido não é o tempo vivido, o tempo que nos afeta, mas o tempo espacializado, quantificado, é o tempo dividido, o tempo do relógio ou o tempo homogéneo. O trabalho neste sentido é abstrato porque é medido por um tempo abstrato. Se o trabalho é medido pelo tempo, é do interesse do capitalista reduzir o tempo do trabalho ao mínimo. Daí a noção de trabalho “socialmente necessário”. Este é o tempo médio que leva um operário a realizar um trabalho numa certa época do desenvolvimento dos meios de produção, e da produtividade. Para Henry, o trabalho abstrato é uma representação objetiva de uma realidade essencialmente subjetiva e afetiva, a do trabalho realizado por um indivíduo singular (Marx 1968, p. 184).

Se a economia é uma inversão da teleologia da vida, não pode, no entanto, ser compreendida sem referência a ela. Ora a existência na teoria económica da vida, é o valor de uso. Uma das críticas de Marx a David Ricardo é o facto de este autor ter retirado da sua doutrina a noção de valor de uso (Marx, 1968, p.220). Diz-nos Marx, “Ricardo, por exemplo, crê que a economia burguesa só trata do valor de troca e só tem uma relação exotérica com o valor de uso”. Para Marx é essencial reconhecer um valor económico ao valor de uso. Como refere o autor, “já o demonstramos através de vários exemplos, que nada é mais falso do que negligenciar a diferença entre valor de uso e valor de troca (...) (Marx, 1968, p.221).

Para Michel Henry o valor de uso de um produto tem uma relação fundamental à vida e à afetividade e está diretamente ligado ao trabalho real. (François, 2010 p.55) Como Henry refere:

“Enquanto subjetivo o trabalho é uma determinação da existência, um momento da vida, é um modo da sua atividade que em si mesma e enquanto tal não é mais do que um fenómeno vital, o despoletar de poderes da subjetividade orgânica e da sua atualização em múltiplos movimentos. Quando sou ativo, corro, caminho, respiro, faço movimentos de apreensão e nada há de económico nisso. Nada mais do que a

subjetividade corporal em geral, qualquer uma das suas manifestações não pode ser considerada económica” (Henry, 1998, p.213).

O valor de uso que Marx considera é o valor de uso do trabalho. E este tem um valor de troca: pode ser comprado, e a soma contra o qual ele é comprado constitui o salário. Mas o trabalho tem também um valor de uso: sem ele, a produção capitalista – e toda a produção em geral – seria impossível. É necessário que um trabalho seja realizado nalgum lado, para que uma mercadoria possa ser produzida. Diz Michel Henry:

“O valor de uso que ele pretende substituir ao valor de troca (o trabalho abstrato) que o capitalista acaba de comprar ao trabalhador não é, nada mais, nada menos, do que a sua força de trabalho, o seu emprego, ou aquilo a que Marx chama, ainda por analogia com a subjetividade onde se realizam os valores de uso em geral, o seu “consumo” (Marx, 1968, p. 239).

O trabalho é uma realidade com duas faces. É ao mesmo tempo valor de troca (na sua forma abstrata, enquanto comprado por um salário) e valor de uso (enquanto intervém na produção).

Isto é aquilo que permite a Michel Henry fazer, na senda de Marx, do trabalho o ponto de articulação entre economia e vida. Esta noção tem um papel muito importante em Marx e na sua interpretação também. O valor de uso para Marx não está ancorado à noção de utilidade, não significa o produto do trabalho útil, mas é para o autor o elemento natural transformado e tornado deste modo, adequado às necessidades da subjetividade da vida viva. Como o autor refere, “O valor de uso que o operário ofereceu ao capital não é materializado num produto, não pode existir fora do operário, ou seja, não é real, é uma faculdade do operário (...) (Marx, 1967, p.214).

É este valor de uso e só ele que importa para o capital, é deste valor que se apropria retirando toda a força vital desta apropriação (Sobel, 2009, p.27). Dá-se, deste modo, uma rutura ontológica, uma rutura do ciclo orgânico nunca conhecida até então entre o ser humano e a terra e o ser humano e o seu instrumento de trabalho (Henry, 1976, p.107). De seguida analisaremos em pormenor em que consiste o trabalho na ontologia da vida.

4. Economia Substantiva: Ontologia da Vida

Para Henry aquilo que Marx critica na economia, é o facto de se constituir como domínio autónomo em relação à “práxis vital”. A economia só tem objetividade porque altera o seu modo de ser original, a vida que não cessa de transformar numa abstração que faz valer por si própria. Por seu turno, a crítica da economia (como ciência/formal) reconduz a economia como domínio (substantiva) aos fundamentos da (re)descoberta da experiência direta do trabalho-vivo, fundamentos estes que, como vimos a economia formalizada, não cessa de ocultar e de ignorar. Observe-se o seguinte quadro síntese:

Quadro nº1 – Visão Formal e Substantiva da Economia

	Ponto de Vista Formal (Neoclássica)	Ponto de Vista Substantivo (Institucional)
Fundamento	Escassez	Necessidade
Unidade Análise	Indivíduo	Sociedade
Objetivo Económico	Eficiência	Suficiência
Institucionalização do Comportamento Económico	Implícito: Homem Económico	Explícita: Lugar Ocupado pela Economia

Fonte: Adaptado de Nuno Machado (2009, p.52)

A partir daquilo que referimos anteriormente, podemos concluir que as determinações económicas devem ser apreendidas em função da vida e através da sua significação vital e não em função de um sistema fechado sobre si e reificado pelo conjunto das suas determinações. Mais ainda, essas determinações não podem ser vistas isoladamente. É neste sentido que para Michel Henry, a filosofia do trabalho em Marx constitui uma dimensão fundamental de uma ontologia da práxis vital. Por conseguinte, o autor não negligencia uma das dimensões essenciais do trabalho, a criativa, uma vez que é através desta que a dimensão individual e singular de cada um se afirma. Para Henry, se queremos pensar radicalmente a filosofia económica (a um nível existencial) da nossa experiência económica sob o domínio capitalista temos de a pensar na ontologia da vida. Sem essa referência o universo económico é apenas um universo construído só com abstrações, onde tudo são representações.

Para melhor se compreender o significado e abrangência desta ontologia da vida torna-se necessário esclarecer o que Michel Henry entende por vida. Qual o significado de vida neste contexto? Diz-nos o autor:

“(…) o que a torna desejável e nobre, é o facto de ela própria se experienciar, sofrendo ou desfrutando aquilo que é. Ela nada tem que ver com a vida que a biologia estuda, a qual se encontra constituída por processos que, por mais espantosos que sejam, têm o traço comum de serem cegos. Neste sentido são coisas: nem moléculas, nem cadeias ácidas, nem os neurónios se sentem a si próprios, não são conscientes” (Henry, 1990, p.28).

A vida, como base original, é para ser apreendida no seu modo de ser espontâneo, imediatamente (sem mediações) vivida pelos indivíduos vivos. A vida subjetiva individual experimenta-se na experiência imediata da sua imanência fenomenológica. Da vida pensada nestes termos é possível, segundo o autor, destacar quatro traços positivos:

- 1) Sentir-se a si próprio - a subjetividade essencial. Na medida em que a subjetividade constitui a realidade mais essencial do indivíduo, a sua condição ontológica, o seu ser na medida em que este ser é a sua vida, vivido e experienciado por si.
- 2) Trabalho vivo, a capacidade criativa da vida é, antes de mais, uma força em que o mundo que a rodeia é um mundo da vida. Esta co-pertença original do indivíduo vivo à terra é essencialmente prática. A força da vida ou a energia vital vem-nos desta união ou desta coesão entre indivíduo e Terra.
- 3) A singularidade essencial da vida não faz dela um universal. A vida é sempre individual e só se atualiza sob a forma de um indivíduo vivo.
- 4) A passividade primordial (consentimento) do indivíduo vivo em relação à vida nele.

Por conseguinte, a partir da leitura que M. Henry faz de Marx, a economia deverá ser pensada a partir da vida porque “a realidade económica (formalizada) constituiu-se como alienação da vida”. Já vimos que o capitalismo surge como um processo parasita do poder da vida. A produção acaba por ser radicalmente desviada do seu fim vital em benefício de outra coisa (capital) acabando por ocupar o lugar da vida. É deste modo que M. Henry interpreta aquilo a que Marx chama o capital. O trabalho real é a origem, o princípio – o processo económico, é o seu resultado, o seu duplo abstrato. Como refere Henry:

“Não há realidade económica, no sentido em que se fala da realidade como qualquer coisa que exista autonomamente (...) O trabalho, o salário transformado em troca do trabalho, os bens de consumo produzidos por ele, o dinheiro que deste trabalho resulta, as trocas, a atividade industrial, comercial, financeira, em geral, não é tudo isto real? Não é evidente que isto constitui o “conteúdo” do mundo?” (Henry, 1976, p.76).

Por detrás de todas estas atividades ditas “económicas” e “sociais”, o que age é o indivíduo, ou como nos diz Henry:

“o único capaz de andar, tocar, erguer – cumprir cada um destes atos implicados em cada forma de trabalho. (...) Não se encontra qualquer indício económico entre estas características essenciais decorrentes da essência do agir (...) Mesmo o trabalho, consistindo num desses atos, em si mesmo, nada tem de económico” (Henry, 1976, p.78).

Nesta ontologia da vida o trabalho é compreendido como um modo de agir, referido, sem equívocos à essência do agir, à vida. Ele é real, individual, subjetivo e vivo. O trabalho vivo é criador de valor, a vida caracteriza-se pela sua produtividade intrínseca, este poder que lhe é próprio de dar mais do que aquilo que lhe damos, ou dito de outro modo, de produzir mais do que aquilo que podemos consumir. A vida transporta nela a capacidade de se ultrapassar constantemente e de continuamente se recriar.

A filosofia do trabalho encontra-se sempre nesta tensão entre o subjetivo e o objetivo. No entanto, se defendemos uma “economia substantiva” ela só pode ser construída a partir da valorização de uma “ontologia da vida” e não sob o seu esquecimento ou desvanecimento.

5. A Economia Pensada a Partir da Vida: Implicações éticas

Vimos que o trabalho não pode ser apenas pensado a partir da dimensão abstrata que leva à produção de bens de consumo, sob pena de se desvirtuar, na medida em que oculta uma das suas dimensões vitais, a subjetividade e a singularidade de quem o exerce. Neste sentido, torna-se então necessário repensar o trabalho e a economia de modo a que a subjetividade de quem trabalha se possa afirmar e a própria economia se torne mais perto da sua fonte, a vida. Como libertar a economia da sua visão formalista? Como organizar o trabalho?

Em resposta à primeira questão, Polanyi chamava a atenção para o facto de um dos principais obstáculos residir no facto de se fundir os significados de “subsistência” e de “escassez” de forma “ingénua”, ignorando os riscos que isso poderia representar. Diz-nos o autor:

“ligar a satisfação das necessidades materiais à escassez e ao ato de economizar, fundindo-os num único conceito, pode parecer justificável e razoável sob um sistema de mercado, onde e quando prevalece. Contudo, aceitar este conceito de “meios materiais escassos e de economização” como um genericamente válido aumenta a dificuldade em se conseguir desalojar a falácia economicista (economistic fallacy) da posição estratégica que ainda ocupa no pensamento contemporâneo” (Polanyi, 1977, p.20)

A falácia economicista consiste na “identificação artificial da economia com a sua forma de mercado” (Polanyi, 1968, p.142). Sabemos que são parte integrante da nossa condição como seres humanos as necessidades físicas. Nenhuma sociedade humana pode existir sem algum tipo de economia substantiva. Contudo, o mercado (oferta, procura, preço) é uma forma de organização moderna com uma estrutura específica. Reduzir todos os fenómenos económicos à esfera do mercado é uma visão muito recente desses mesmos fenómenos ou seja, na nossa história nem sempre foi assim e não terá de ser sempre assim. Diz-nos Polanyi:

“emergiu uma “esfera económica” que está perfeitamente delimitada das outras instituições da sociedade. Uma vez que nenhum agregado humano pode sobreviver sem um aparelho produtivo funcional, a sua concretização (embodiment) numa esfera distinta e separada produziu o efeito de tornar o resto da sociedade dependente desta esfera (...) Como resultado, o mecanismo de mercado tornou-se num fator determinante para a vida do corpo social. Não admira que a agregação humana emergente corresponda a uma sociedade “económica” num grau nunca antes visto” (Polanyi, 1968, p.63).

Daí a necessidade de realocar a economia desalojando-a da sua esfera unicamente de mercado com as características que mencionamos. A visão substantiva protagoniza um modo de fazer economia em que o ser humano vive numa interação permanente com o meio que o rodeia e onde o económico é apenas uma das múltiplas dimensões da atividade humana, não fazendo qualquer sentido funcionar como uma atividade autónoma, reduzida a mecanismos de mercado.

Como organizar então, o trabalho? Por um lado, é necessário “libertar” o trabalho da sua dimensão alienante criando espaço para a dimensão subjetiva e criativa do trabalho vivo, sem apropriação e esvaziamento do valor de uso. Por outro, e decorrendo desta “libertação” é necessário dar uma maior ênfase à produção de bens internos, até porque a questão da sustentabilidade económica não pode ser negligenciada. Quais as características destes bens? São bens que levam ao auto desenvolvimento e ao auto enriquecimento (aprender um instrumento, ler, pintar, aprender uma língua, etc.) e a sua aquisição requer um acesso modesto a bens materiais externos, colocando-lhes menos pressão. Requerem tempo e esforço, mas estes são convertidos em formas de conhecimento e competências, tornando-se numa parte de nós, tal como as memórias o são. A sua aquisição não é competitiva e pode ser cooperativa, não há perdedores, todos podem ganhar. Deste modo, o trabalho não está subordinado a fins externos, (prémios, fama, honra, salários elevados). O artista/trabalhador luta por criar um objeto que é ditado pelas leis da arte característica a esse objeto, e não por leis (mercado) ditadas de fora. Assim, artista/trabalhador e material são parte de um processo único de produção, a interação entre ambos não é ditada do exterior. A produção artística/criativa não se rege

apenas por aspetos estéticos, mas revela também qualidades éticas – deste modo os outros não são olhados como rivais competidores, mas como inspiradores mútuos (ver quadro nº2).

Quadro nº 2 – Ética Artística e Ética do Consumo

Ética Artística (Lógica dos bens internos)	Ética do Consumo (Lógica dos bens externos)
O valor é inerente à própria atividade	O valor é dado por aquilo que se possui pelos bens de consumo.
Cooperação espontânea e mútua entre os produtores	Competição, os intervenientes lutam pelos mesmos bens escassos.
O fim último da atividade envolve satisfação e desenvolvimento de bens internos	O fim último da atividade envolve aquisição de bens físicos e materiais
A inveja não tem lugar. Os resultados fazem parte da identidade de quem os realiza e não podem ser apropriados por outros.	A inveja é uma realidade porque é legítimo privar alguém daquilo que tem e apropriarmo-nos disso

Fonte: Ver Keekok Lee (1989) - *Social Philosophy and Ecological Scarcity*, London: Routledge.

6. Notas Finais

Uma das implicações mais imediatas de uma economia substantiva, centrada numa ontologia da vida, é o facto de que o trabalho organizado fora do quadro do capitalismo e do mercado e, por consequência, do salário (agrega todas as atividades produtivas numa única medida indiferenciada), será um trabalho mais livre, mais criativo e onde a dimensão subjetiva não é esmagada, mas valorizada e manifestada. Nesse sentido, e tal como está sintetizado no quadro nº 2, será um trabalho que terá como fim principal o desenvolvimento humano na interação contínua com todos os seres e em que a medida não pode ser feita em termos de *tempo de trabalho*, mas em que a remuneração resultará do *envolvimento* que se tem com o trabalho que se realiza (Zin, 2010, p.3). Jeremy Rifkin (1995) já falava do fim do trabalho na sua obra *O Fim do Trabalho*. Aquilo a que chamava o “fim do trabalho” não é o trabalho vivo tal como Marx ou Michel Henry o entendiam. Não é o trabalho de um escultor, marceneiro ou de um poeta no sentido de uma atividade autónoma transformadora da matéria, nem o trabalho como uma atividade sensório/motora em que a singularidade de cada um é exteriorizada na obra que cria. O trabalho a que Rifkin se refere é o trabalho típico do capitalismo industrial e da economia formalizada, o trabalho assalariado, o emprego que acaba por ser a forma mais hegemónica do trabalho onde todas as outras formas são desvalorizadas, porque não têm valor de mercado, (trabalho doméstico, cuidar em casa dos filhos, cuidar em casa dos pais).

Outra implicação imediata é o facto de o binómio produção/consumo ter de ser repensado sob pena de o planeta e nós próprios não suportarmos os desperdícios contínuos que a produção em massa provoca, degradando e levando à falência a biosfera e os ecossistemas. Isto poderá levar-nos a adotar um estilo de vida com um consumo mais frugal que não degrade nem leve à “falência” a biosfera e os ecossistemas, gerando menos desigualdades e assimetrias, assente na aquisição de bens internos levando à cooperação. Os custos físicos serão menores, porque não há nenhum ser humano completamente desprovido de capacidades para que não possa desenvolver alguma

atividade/trabalho que lhe dê satisfação e mereça o respeito de todos. A ênfase na prossecução da excelência está integrada num contexto de desenvolvimento global de harmonia da pessoa e não na sua neurose (metas e objetivos exteriores a atingir). Não priva nem defrauda as gerações futuras, porque não leva à degradação ecológica. A economia formalizada planifica, tem uma visão de conjunto. Como vimos, está assente em assunções muito específicas, que se não são constantemente relativizadas e pensadas como um meio ao serviço de um fim que é de outra ordem (vida), se não passar constantemente por esta grelha torna-se num “totalitarismo” totalmente insensível à vida concreta e singular de cada ser humano nas suas relações e inter-relações com todos os outros seres.

Bibliografia

- Arendt, H. (1983). *Condition de l'homme moderne*, Paris: Calmann-Lévy.
- Berthoud, M. (1997). “Dynamique du capital et notion générale de travail chez Marx, *Innovations Cahiers d'économie de l'innovation*, nº6, 113-129.
- Gorz, A. (1999). *Reclaiming Work: Beyond the Wage-Based Society*, Cambridge: Polity Press.
- François, A. (2010). “Michel Henry: les concepts économiques de Marx à la lumière de l'affectivité”, *Revue Internationale Michel Henry*, Nº1, 51-68.
- Henry, M. (1976). *Marx, Une philosophie de la vie (I), une philosophie de la réalité (II)* Paris: Gallimard.
- Henry, M. (1990). *Du communism au capitalism: Théorie d'une catastrophe*, Paris: Odile Jacob.
- Henry, M. (1998). *Eu Sou a Verdade: Para uma filosofia do cristianismo*, Tradução Florinda Martins, Lisboa: Vega.
- Henry, M. (2003). *Phénoménologie de la vie Tome I, De la phénoménologie*, Paris: Puf.
- Lee, K. (1989). *Social Philosophy and Ecological Scarcity*, London: Routledge.
- Lukács, Georg. (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Temas de Ciências Humanas*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- Machado, N. M. C. (2009). *Sociedade vs. Mercado – Notas sobre o Pensamento Económico de Karl Polanyi*, Web Site acessado em 15 de Abril de 2015 em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1649>.
- Machado, N. M. C. (2014). A Crise do Trabalho: Benção ou Maldição?: Uma Análise Crítica à Luz das Teorias de André Gorz e da Nova Crítica do Valor, Web site, acessado 10 de Julho de 2015, em <https://nunomiguelmachado.wordpress.com/>.
- Martins, N. O. (2013). The place of the capability approach within sustainability economics, *Ecological Economics*, <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2013.07.004>.
- Marx, K. (1963). *Oeuvres, Économie I*, Paris: NRF, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard.
- Marx, K. (1968). *Oeuvres, Économie II* Paris: NRF, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard.
- Knowles, R. & Owen, J. R. (2008). Karl Polanyi for Historians: An Alternative Economic Narrative, *The European Legacy*, Vol. 13, No. 2, 175–191.
- Oliveira, R. (2010). A concepção de Trabalho na Filosofia do Jovem Marx e suas Implicações Antropológicas, *Kinésis*, Vol.2, No.3, 77-88.
- Polanyi, K. (1968). The Economy as Instituted Process, in G. Dalton (Ed.), *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press, 139-174.
- Polanyi, K. (1977). The Two Meanings of Economic, in K. Polanyi & H. Pearson (Ed.), *The Livelihood of Man*. Nova Iorque: Academic Press, pp. 19-34.
- Polanyi, K. (1986). La fallace de l'économie, *Bulletin du MAUSS*, nº18, 11-26.

- Polanyi, K. (2000). *A Grande Transformação – As Origens da Nossa Época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Rifkin, J. (1995). *The End of Work*, New York: G.P. Putnam & Sons.
- Robbins, L. (1945). *An Essay on the nature and Significance of Economics*. Londres: Macmillan and Co.
- Sobel, R. (2009). Phénoménologie du travail, Ontologie de la Vie et Critique Radicale du capitalism, *Cahiers d'économie Politique*, nº56, 7-40.
- Sohn-Rethel, A. (1978 [1970]). *Intellectual and Manual Labour – A Critique of Epistemology*. Londres: The Macmillan Press Ltd.
- Zin, J. (2010). Voilà le Travail, *Web site* acedido 12 de Janeiro 2011 em <http://jeanzin.fr/wp-content/uploads/pdf/travail.pdf>